

A ESCRITA DECOLONIAL COMO RESISTÊNCIA: MULHERES PENSADORAS E A TEXTUALIDADE CONTRA HEGEMONIAS COLONIAIS

Raphaela Pereira Rangel¹

Eduardo André Teixeira Ayrosa²

RESUMO

A escrita decolonial constitui uma forma de resistência textual às hegemonias da modernidade/colonialidade, articulada por pensadoras latino-americanas e pós-coloniais. Este ensaio bibliográfico, de natureza qualitativa e teórico-conceitual, analisa contribuições de autoras como Lugones, Ballestrin, Bhambra, Cusicanqui, Walsh, Anzaldúa, Kilomba, González, Bosch e Spivak, selecionadas por autoria feminina, produção posterior à década de 1980 e articulação explícita entre textualidade e resistência epistêmica. A análise foi organizada em três dimensões: epistêmica, político-material e estético-textual, sintetizadas em quadro comparativo. Os resultados indicam que a escrita decolonial opera como práxis performativa e pluriversal, que desvincula saberes eurocêntricos, deconstrói dicotomias de gênero e raça e constrói reexistências fronteiriças contra a colonialidade do poder, do ser e do saber.

Palavras-chave: Escrita decolonial. Colonialidade de gênero. Resistência epistêmica.

1 INTRODUÇÃO

A escrita decolonial configura-se como estratégia textual de resistência às hegemonias coloniais da modernidade, articulando gênero, raça e a crítica epistêmica ao eurocentrismo. Ballestrin (1) situa o giro decolonial como radicalização do argumento pós-colonial, ao conceber a colonialidade como pilar estrutural (não acidental) da modernidade europeia, originado nas expansões coloniais sobre as Américas. Walsh (2), ao discutir o “buen vivir” andino, crítica o paradigma desenvolvimentista ocidental e o vincula à escrita decolonial como oposição epistêmica e ontológica. Bhambra (3) articula diálogos entre pós-colonialismo e pensamento decolonial, evidenciando, a partir de Lugones (4), como a colonialidade de gênero silencia subjetividades subalternas desde o século XV. Lugones (4) desenvolve o feminismo decolonial ao associar a colonialidade de gênero ao heterossexualismo moderno/colonial, expondo a imposição do binômio homem/mulher como critério colonial de humanização. Em perspectiva marxista, Bambirra, conforme recuperado por Siqueira (5), denuncia a dupla exploração da mulher trabalhadora latino-americana e defende a industrialização da economia doméstica como via à emancipação. Cusicanqui (6) questiona narrativas decoloniais abstratas e propõe uma decolonização ancorada em práticas andinas contemporâneas,

¹ Doutorada no Programa de Pós-Graduação em Administração/PPGA, UNIGRANRIO, Duque de Caxias, Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES). E-mail: rangelufrj@hotmail.com

² Professor Adjunto no Programa de Pós-Graduação em Administração/PPGA, UNIGRANRIO, Duque de Caxias. Email: eayrosa@gmail.com

enquanto Bosch (7) rejeita a “decolonização como vibe” e propõe a citação relacional como prática anticolonialista de subversão canônica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O giro decolonial latino-americano radicaliza a crítica pós-colonial por meio da categoria modernidade/colonialidade. Balletrín (1) reconstrói a trajetória do Grupo Modernidade/Colonialidade, evidenciando como seus integrantes concebem a colonialidade do poder, do ser e do saber como dimensões constitutivas (não residuais) da modernidade ocidental: a emergência do capitalismo mundial está intrinsecamente ligada à classificação racial, sexual e geopolítica, o que desloca a crítica pós-colonial clássica ao exigir uma descolonização epistêmica que confronte a geopolítica do conhecimento e o eurocentrismo como “marco zero” de uma enunciação supostamente neutra.

Nesse horizonte, a leitura pós-colonial de Spivak (8) oferece um contraponto essencial, ao questionar a possibilidade de representação das vozes subalternas, sobretudo de mulheres racializadas, nas estruturas epistêmicas dominantes. Para a autora, o sujeito subalterno não pode “falar” de forma autêntica, pois sua voz é apropriada e reinterpretada por elites intelectuais nativas ou por discursos ocidentais benevolentes, impossibilidade que ressoa com a desconstrução lugoniana da colonialidade gênero (4) e com a leitura de Bhabra (3) sobre o apagamento histórico de subjetividades subalternas.

Bhabra (3) sistematiza esse diálogo entre tradições pós-coloniais (Bhabha, Spivak) e decoloniais (Lugones): enquanto o pós-colonialismo se consolidou a partir de experiências diaspóricas ligadas aos impérios britânico e francês nos séculos XIX-XX, a decolonialidade amplia essa temporalidade às primeiras incursões europeias sobre as Américas, no século XV, argumentando que raça, gênero e sexualidade são estruturantes (não suplementares) da matriz colonial de poder, defendendo “sociologias conectadas” a partir de múltiplos locus de enunciação (3, p. 116-117).

Tlostanova (9) acrescenta a essa discussão a distinção entre condição pós-colonial (geohistórica e objetiva) e opção decolonial (escolha política, ética e epistêmica de posicionamento), introduzindo a noção de “diferença imperial” e discutindo experiência pós-socialistas do Leste Europeu para ampliar a matriz modernidade/colonialidade para

além do eixo metrópole/colôni, criticando o “universalismo delocalizado” de parte da teoria pós-colonial e propondo uma pluriversalidade fundada em “coalizões profundas” entre diferentes margens, incluindo o Sul Global; em direção próxima, Cusicanqui (6) denuncia o multiculturalismo neoliberal como mecanismo de recolonização que essencializa povos indígenas como “originários” exóticos.

Anzaldúa (10) constrói o conceito de “nova mestiça” como consciência capaz de tolerar contradições (índia, espanhola, branca, queer), cuja escrita bilíngue reivindica o “Chicano Spanish” como língua viva de resistência ao terrorismo linguístico anglo e machista, dialogando com Lugones (4) na desconstrução das dicotomias de gênero e raça. Lugones (4) propõe a releitura da modernidade capitalista colonial como sistema de gênero racializado, no qual populações colonizadas são lidas como não humanas sob uma “missão civilizatória” que justifica terror e desumanização por meio de dicotomias hierárquicas humano/inumano e homem/mulher. Para a autora, o gênero não viaja como categoria universal, mas como imposição que atravessa a ecologia, economia e subjetividade.

Esse debate encontra ressonância na obra de Bambirra, recuperada por Siqueira (5) em contexto de perseguição ao pensamento marxista: militante da teoria da dependência, Bambirra argumentou que o capitalismo foi incapaz de promover a libertação efetiva das mulheres, substituindo o jugo feudal por novas formas de dominação e configurando uma “dupla jornada” estrutural para a trabalhadora, e defendeu que a emancipação feminina só se realiza plenamente em um processo de transição socialista articulado à industrialização da economia doméstica; dedicou ainda atenção às especificidades das mulheres latino-americanas, marcadas por dependência econômica, racismo e herança escravista, denunciando a situação das trabalhadoras domésticas como “escravas modernas” e antecipando debates contemporâneos sobre classe, raça e gênero (5).

Kilomba (11) conceitua o “racismo genderizado” como opressão racial específica das mulheres negras, estruturada por percepções que as reduzem a serventes ou hipersexualizadas, em continuidade com heranças da *plantation* colonial. Bosch (7) desloca o debate para as infraestruturas acadêmicas e os regimes de conhecimento em mídia, criticando a transformação da decolonização em “vibe” institucional que alivia

culpas sem enfrentar o capitalismo racial, e propõe a “citação situada” e a “co-teorização” como recusas metodológicas à hierarquia canônica (7, p. 1719-1722).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo adota abordagem qualitativa de natureza teórico-conceitual, caracterizando-se como ensaio bibliográfico sistemático fundamentado na análise documental de textos seminais do pensamento decolonial e de suas intersecções com feminismos críticos e a teoria marxista da dependência, com critérios de inclusão que priorizam obras entre 1988 e 2025 de autoria feminina, provenientes de países historicamente colonizados e que articulem explicitamente textualidade/escrita e resistência às estruturas de colonialidade do poder, do saber e do ser, excluindo-se textos que tratem a decolonialidade de forma desconectada da dimensão textual. Seguindo o procedimento de leitura exploratória de Bardin foram identificados os conceitos centrais (colonialidade, gênero, decolonialidade, epistemologia, pluriversalidade) e extraídos trechos com paginação específica, organizados em uma matriz de recorrência conceitual, sistematizada em três dimensões analíticas: epistêmica (descolonização do saber), político-material (luta de classe/gênero no capitalismo dependente) e estético-textual (citação relacional e escrita fronteiriça); como limitação, reconhece-se a ausência de análise comparativa com outras tradições feministas, passível de exploração em estudos futuros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escrita decolonial feminina opera como prática de resistência que, mais do que descrever a colonialidade, a confronta e subverte, produzindo, no próprio ato de escrever, brechas pluriversais: Walsh (2), Cusicanqui (6) e Anzaldúa (10) convertem a crítica institucional, a memória andina e o hibridismo linguístico em estratégias textuais que dialogam com a política de citação relacional de Bosch (7) e ampliam a discussão decolonial feminina rumo a um “queer-feminismo” fronteiriço. Lugones (4) descreve a resistência como tensão entre subjetificação opressora e subjetividade ativa, propondo uma práxis coalizional que recusa a síntese híbrida em favor de relações comunitárias; Kilomba (11), por meio de narrativas autobiográficas, revela como o racismo cotidiano inverte relações de poder e reduz mulheres negras a “outras” inferiores, análise que ressoa com a “amefricanidade” de Gonzalez (12) e com a dupla exploração descrita por Bambirra (5), evidenciando a colonialidade como fenômeno estrutural que recai sobre

corpos negros femininos. Na produção de Anzaldúa (10) e Cusicanqui (6) emerge uma resposta prática à interrogação de Spivak (8:) não uma fala ilusória, mas uma textualidade insurgente que recusa a representação vertical e constrói “reexistências fronteiriças” por meio do hibridismo linguístico, de modo que a escrita decolonial transcende o dilema spivakiano ao operar como recusa epistêmica ativa e co-teorização relacional, configurando-se como arte de resistência que confronta não apenas a colonialidade do poder e dor ser, e também a violência representacional pós-colonial.

Quadro 1. Síntese das autoras decoloniais e suas contribuições

Autora (ref.)	Eixo temático central	Modo de resistência textual
Anzaldúa (10)	Consciência mestiça e hibridismo linguístico	Escrita bilíngue que rompe silêncios impostos e reivindica o “Chicano Spanish”
Ballestrin (1)	Genealogia do giro decolonial	Reconstrução historiográfica da matriz modernidade/colonialidade
Bambirra, apud Siqueira (5)	Dupla exploração da mulher no capitalismo dependente	Textos militantes que articulam classe e gênero
Bhambra (3)	Diálogos pós-coloniais/decoloniais	“Sociologias conectadas” a partir de múltiplos locus de enunciação
Bosch (7)	Decolonização como práxis anticapitalista	Política de citação situada e co-teorização
Cusicanqui (6)	Práxis andina ch’ixi	Escrita que recusa o multiculturalismo acadêmico vertical
Gonzalez (12)	Racismo por omissão no feminismo latino-americano	Denúncia de exclusão racial e solidariedade amefricana
Kilomba (11)	Racismo genderizado	Narrativas autobiográficas que desconstroem inversões de poder
Lugones (4)	Colonialidade de gênero	Teorização da diferença decolonial e práxis coalizional
Spivak (8)	Impossibilidade da fala subalterna	Crítica à representação ocidental/elitista das vozes colonizadas
Tlostanova (9)	Diferença imperial e pluriversalidade	Intersecção entre pós-colonialidade, decolonialidade e pós-socialismo
Walsh (2)	“Buen vivir” como alternativa ao desenvolvimentismo	Crítica institucional decolonial ao paradigma ocidental de progresso

Fonte: Elaborado pelos autores com base no referencial desenvolvido.

A escrita decolonial opera como práxis performativa (não mera denúncia), articulando, em conjunto, a interseção raça-gênero (12, 11) e a colonialidade do ser (4); o arcabouço analítico do giro decolonial (1, 3); e a recusa epistêmica via política de citação relacional (7), configurando um pensamento fronteiriço e pluriversal que desvincula epistemologias eurocêtricas e forja reexistências contra dicotomias hierárquicas, do hibridismo de Anzaldúa (10) á práxis andina de Cusicanqui (6), passando pelo materialismo histórico periférico de Bambirra (5).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita decolonial configura-se como uma práxis textual performativa que confronta as dimensões de poder, ser e saber da modernidade/colonialidade, sustentada por mulheres pensadoras em contextos geopolíticos colonizados que produzem uma textualidade insurgente. Essas intervenções não são vozes periféricas a serem incorporadas a narrativas eurocêntricas, mas rupturas estruturais que reconfiguram os termos do debate sobre conhecimento, poder e gênero, operando como uma brecha pluriversal na qual emergem epistemologias do Sul contra hegemonias coloniais, e não como mera “vibe” institucional. Para pesquisas futuras, recomenda-se operacionalizar essas contribuições em estudos empíricos e investigar sua incorporação em currículos e pedagogias críticas decoloniais; em contexto de escalada conservadora global, o ensaio afirma que a arte textual decolonial não apenas diagnostica opressões interseccionais, mas constrói horizontes para outras formas de conhecer, ensinar e existir.

REFERÊNCIAS

1. Ballestrin L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Bras. Ciênc. Polít.* 2013; (11): 89-117.
2. Walsh C. Development as buen vivir: institutional arrangements and decolonial entanglements. *Development* 2010; 53 (1): 15-21. Doi: 10.1057/dev.2009.93.
3. Bhambra GK. Postcolonial and decolonial dialogues. *Postcolon Stud.* 2014; 17(2):115-21.
4. Lugones M. Toward a decolonial feminism. *Hypatia.* 2010; 25(4): 742-59
5. Siqueira SMM. A análise de Vânia Bambirra acerca da opressão das mulheres latino-americanas. *Geminal.* 2020; 12(1): 99-113.
6. Cusicanqui SR. Ch'ixinakax utxiwa: a reflection on the practices and discourses of decolonization. *South Atl Q.* 2012;111(1): 95-109. Doi: 10.1215/00382876-1472612.
7. Bosch T. Decolonisation is not a vibe. *Media Cult Soc.* 2025; 47(8): 1714-24.
8. Spivak GC. Can the subaltern speak? In: Nelson C, Grossberg L, editors. *Marxism and the interpretation of culture.* Urbana: University of Illinois Press; 1988. p. 271-313.
9. Tlostanova M. The postcolonial condition, the decolonial option and the postsocialist intervention. In: Albrecht M, editor. *Postcolonialism cross-examined.* London: Routledge; 2019. P. 165-78.
10. Anzaldúa G. *Borderlands/La Frontera: the new mestizo.* 3rd ed. San Francisco: Aunt Lute Books; 2004.
11. Kilomba G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.* Lisboa: Tinta da China; 2019.
12. Gonzalez L. Por um feminismo afro-latino americano. In: *Isis Internacional Mujeres, crisis y movimiento: América Latina y el Caribe.* Santiago: Isis Internacional; 1988. p. 133-41.